

-----ATA N.º 1/2016-----

-----Aos 26 dias do mês de fevereiro de 2016, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a presidência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Ana Isabel Lucas Cabral Janelas. -----

-----**Efetuada a chamada compareceram a esta sessão os seguintes membros:** -----

-----Vera Lúcia Alves Portugal; -----

-----José Albano Pereira Marques; -----

-----João Paulo Monteiro Antunes; -----

-----Isabel Maria dos Santos Flor de Sousa; -----

-----Ana Isabel Lopes Correia; -----

-----Joaquim Lopes de Abreu; -----

-----Flávio Manuel Granjal de Sá; -----

-----Filipe Miguel Rosa Guerra; -----

-----António Carlos Reis da Fonseca Faria de Almeida; -----

-----Maria Angelina Marques Dias; -----

-----Maria Silvina Achando da Cruz Santos; -----

-----António Carlos do Nascimento Marques; -----

-----Manuel Matos Torres; -----

-----Hélder Achando Costa; -----

-----Luís Filipe Pinheiro da Costa; -----

-----António dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Baraçal; ---

-----Davide Lopes Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Carrapichana; -----

-----Júlio Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Casas de Soeiro; ----

-----Bruno Alexandre Castro de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia do Fornotelheiro; -----

-----António Manuel Pinto Patrício, Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego; -----

-----Luís Bernardo Pina Mimoso, Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira; -----

-----André Diogo de Jesus Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão;-----

-----António Joaquim Fernandes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Mesquitela;-----

-----José Francisco Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal;-----

-----Porfírio Miguel da Fonseca Galante, Presidente da Junta de Freguesia de Prados;-----

-----Marco Paulo de Andrade Rodrigues, Presidente da União de Freguesias de Açores e Velosa;-----

-----Teresa Susana Ferreira Tente, Presidente da União de Freguesias de Cortiço da Serra, Vide entre Vinhas e Salgueirais;-----

-----António da Fonseca Ascensão, Presidente da Junta de Freguesia de Rapa;-----

-----Célia Maria Cerejo Lopes dos Santos, Tesoureira da União de Freguesias de Celorico (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego.

-----**Faltaram a esta sessão e justificaram atempadamente a sua ausência, os seguintes membros:**-----

-----António Manuel dos Reis Álvaro;-----

-----Natália Batista Nobre, Presidente da Junta de Freguesia de Ratoeira.

-----**Faltou a esta sessão e não justificou atempadamente a sua ausência, o seguinte membro:**-----

-----Aires Manuel Silva Relvas, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares.-----

-----Estiveram presentes nesta sessão, o Senhor Presidente da Câmara, José Francisco Gomes Monteiro, os Senhores Vereadores José Luís Saúde

Cabral e Manuel António de Almeida Portugal e a Senhora Vereadora Maria do Céu Neves Martins Louro.-----

-----Em virtude do 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Senhor António Manuel dos Reis Álvaro, estar a faltar a esta sessão, foi convidada para a mesa, a Senhora Deputada Vera Lúcia Alves Portugal.----

-----Verificada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, secretariada pelos Senhores Deputados, Flávio Manuel Granjal de Sá e Vera Lúcia Alves Portugal, na qualidade de primeiro e segundo secretários respetivamente, declarou aberta a sessão. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----De acordo com o disposto no art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia procedeu à abertura de um período de antes da ordem do dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município. -----

-----O Senhor **Deputado José Albano** usou da palavra para formalizar dois votos de pesar pelo falecimento, do Dr. António de Almeida Santos e do Senhor Alfredo Lopes da Rocha Gomes, cumprindo-se de seguida um minuto de silêncio. -----

-----Expressou o sentido pesar pelo falecimento do Dr. Almeida Santos, por se tratar de uma figura incontornável da democracia portuguesa, com uma postura de elevada justiça e humanismo ao longo de toda a sua vida. Contribuiu para a construção do Estado de Direito Democrático no país, foi ministro dos primeiros quatro governos provisórios e ministro de três governos constitucionais, deputado da Assembleia da República, Presidente da Assembleia Municipal da Guarda e Presidente da Assembleia da República. -----

-----Expressou igualmente o pesar pelo falecimento do Senhor Alfredo Lopes da Rocha Gomes, referindo tratar-se de um amigo, um ex-trabalhador exemplar do Município de Celorico da Beira, um cidadão idóneo, com representação no Conselho Municipal de Segurança de Celorico da Beira, desde a sua criação e um defensor dos interesses do seu concelho.-----

-----**A Assembleia Municipal subscreveu e deliberou, por unanimidade, aprovar os votos de pesar apresentados pelo Senhor Deputado José Albano.**-----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** pretendeu saber qual o horário definido para as sessões da Assembleia Municipal. Em resposta, a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento de que havia ficado acordado que as sessões do mês de fevereiro, abril e dezembro, realizar-se-iam no período diurno, sendo que as restantes seriam realizadas em horário noturno.-----

-----De seguida, o Senhor Deputado leu documento que de seguida se transcreve:-----

-----“Queria frisar que seremos sempre a favor das iniciativas que promovam o Concelho, e tragam pessoas que possam deixar algo em benefício da economia local. A última Feira do Queijo, e neste aspeto parece ter corrido bem, e se assim é devemos reconhecê-lo. Ontem, na Comissão Permanente acabou por se fazer uma resenha do que está bem e o que está mal, identificaram-se algumas necessidades e falou-se em perspetivas de futuro.-----

-----Sabemos que o orçamento de 2016 prevê uma série de candidaturas comunitárias, portanto, de financiamento externo que não é garantido. Abordou-se a questão dos particulares e da Autarquia beneficiarem de outro tipo de financiamento, como os afetos a ARU – Área de Reabilitação

Urbana que vamos hoje abordar. Os incentivos ao turismo e ao investimento privado, etc.....

-----O Dr. José Luís ou o Senhor Presidente podem melhor do que nós falar dessas perspetivas. No entanto, temos que reconhecer também, que algumas iniciativas são apenas balões de oxigénio que pontualmente vão animando este ambiente e fazer esquecer a situação difícil em que o Concelho está mergulhado. Bom seria, que houvesse alguma dinâmica permanente e isso só pode acontecer com esse investimento privado, já que o público está limitado, é necessária uma procura exaustiva de financiamento externo, é preciso cativar a vinda de pessoas, também a fixação de famílias. -----

-----Na verdade, temos visto muitas intenções no papel, também dá trabalho e é necessário. Sabemos que os processos são bastante burocráticos, mas o Concelho necessita ver resultados. Estamos habituados a ouvir dizer que se pensa fazer, que se está a tratar, que vai avançar, mas se não sair do papel, corremos riscos irreparáveis. -----

-----A concorrência é forte, todos os Concelhos vizinhos e mais próximos destes, estão a tratar das suas vidas, depois, a concorrência desleal do Litoral que não deixa grande margem quando em confronto direto. Celorico da Beira goza de localização geográfica privilegiada, parece não estar a ser bem aproveitada.-----

-----O Parque Industrial pode ser estratégico gozando das infraestruturas necessárias. Já que se gastou tanto dinheiro, tem que ficar operacional. O Queijo Serra da Estrela e seus derivados deverão ser a garantia do Concelho, como por exemplo, os móveis em Paços de Ferreira, ou a cereja no Fundão.-----

-----Propomos que se coloquem 3 *outdoors*, 1 em cada sentido na A25 e 1 no sentido Covilhã/Guarda na A23, publicitando o Queijo Serra da Estrela de Celorico da Beira e o convite ao desvio (apenas 3, nas campanhas eleitorais põem-se dezenas). Muitas outras propostas poderão surgir e serem discutidas, queremos fazer oposição construtiva; os fins de mandato,

por norma, costumam ser de desleixo, em especial quando há interrupção de candidaturas. Alertamos para que isso não aconteça, Celorico não está em condições de perder oportunidades.”-----

-----O Senhor **Deputado António Faria** referindo-se ao Parque Industrial A25, assunto discutido na última sessão da Assembleia Municipal, solicitou, se possível, o Regulamento para consulta e apresentação de contributos.---

-----Lamenta, e apesar da explicação dada pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara, na reunião da Comissão Permanente, que o Gimnodesportivo esteja inabilitado para a prática desportiva.-----

-----A Senhora **Deputada Vera Portugal** felicitou a autarquia pela iniciativa da Feira do Queijo. Contudo, e mais do que avaliar os custos com esta atividade, é necessário avaliar os agentes envolvidos, ou seja, se estão satisfeitos com este modelo de Feira.-----

-----De acordo com o disposto no n.º 7, do art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar os esclarecimentos solicitados pelos Senhores Deputados.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** cumprimentou todos os presentes. No que concerne à Feira do Queijo, deu conhecimento de que o certame teve início no passado dia 30 de janeiro e prolongou-se até domingo, dia 7 de fevereiro. Com a realização da Feira do Queijo Serra da Estrela, a Câmara Municipal pretendeu homenagear os produtores e produtoras do concelho, dando visibilidade ao queijo produzido no concelho, atraindo desta forma, visitantes, o que contribuiu para a dinamização da economia local.- -----

-----No que concerne à intervenção do Senhor Deputado Joaquim Abreu, quando refere que: “...os fins de mandato, por norma, costumam ser de

desleixo...”, disse não se rever nesta afirmação. O seu final de mandato será marcado por projetos e candidaturas, que espera que tenham continuidade. A preocupação deste Executivo foi sempre, deixar “ferramentas” para o futuro. -----

-----Referiu-se à abertura da Biblioteca Municipal de Celorico da Beira, que apesar da celeuma em que esteve envolta, pondo inclusive em causa, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, foi um marco importante para o desenvolvimento cultural do concelho. A inauguração decorreu no passado dia 5 de fevereiro e contou com a presença da presidente da CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Ana Abrunhosa. Este equipamento tem como finalidade facilitar o acesso à informação, cultura, educação e lazer. -----

-----No que diz respeito ao Regulamento do Parque Industrial A25, deu conhecimento de que o mesmo será debatido em reunião de Câmara, sendo também disponibilizado aos Senhores Deputados, para apresentação de contributos. Relativamente ao investimento privado, disse que existem já algumas empresas, com interesse em implementar a sua atividade nesse mesmo local. Ainda sobre o Parque Industrial A25, deu conhecimento de que inicialmente, a construção da ETAR seria suportada pelas AdZC. Posteriormente, a autarquia foi informada da não intenção de construção da ETAR por parte desta entidade, ficando a mesma a cargo do município. Contudo, as Águas de Lisboa e Vale do Tejo comprometeram-se a transferir uma ETAR que existe no Fundão, sem qualquer utilização, mas que até à data não aconteceu. Tem solicitado, sucessivamente, o cumprimento deste compromisso. -----

-----Sobre o Gimnodesportivo deu conhecimento de que a empresa responsável pela obra terá de arranjar a cobertura, sob pena do município acionar a caução. -----

-----Relativamente à proposta de colocação de painéis publicitários (outdoors) na A25 e A23, deu conhecimento de que as Estradas de Portugal inviabilizaram este tipo de situações. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1. APROVAÇÃO DA ATA DO DIA 28/12/2015**-----

-----Foi presente a ata n.º 5, referente à sessão ordinária do dia 28/12/2015, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura e depois de feitas as devidas correções, foi a mesma aprovada por maioria, com 3 abstenções.** -----

-----**2. RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA**-----

-----**FALTAS INJUSTIFICADAS – SESSÃO ORDINÁRIA DE 28/12/2015**

-----Bruno Alexandre Castro de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia do Fornotelheiro. -----

-----**3. INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX.MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**-----

-----Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento por escrito da atividade do Executivo, documento que se anexa a esta ata (1), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que o documento distribuído continha toda a informação sobre a atividade municipal, desde a última Assembleia Municipal, pelo que, se colocava à disposição dos Senhores Deputados caso pretendessem algum esclarecimento. -----

-----Começou por dar conhecimento das reuniões realizadas, destacando: reunião com a DGAV – Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, cujo objetivo é a construção de um canil/gatil municipal, por administração direta; reunião com a MPT – Mobilidade e Planeamento do Território; reunião com a empresa ASCENDI; reunião com a empresa EDP, relativamente a investimentos no concelho de Celorico da Beira, ao nível das infraestruturas da Rua 25 de abril e Rua Dr.ª Maria Emília Macedo; reunião de trabalho “Constituição da Associação Geopark Estrela”, em que o município de Celorico da Beira manifestou interesse em que a sede ficasse situada no concelho, contudo a mesma, ficará provisoriamente, sediada no Politécnico da Guarda.-----

-----Deu ainda conhecimento de uma notícia, publicada no jornal “Terras da Beira”, cujo tema é “Municípios da Cova da Beira com candidaturas transfronteiriças de 5,7 ME”. Referiu que a AMCB apresentou três novos projetos ao Programa INTERREG V (Espanha – Portugal): o BIN-SAL Empreende, o BIO Fronteira e o Raya Natural. A cooperação entre a AMCB e a Província de Salamanca remonta à iniciativa comunitária INTERREG III-A (2000 – 2006) e ao POCTEP (2007 – 2013).-----

-----Disse que o Presidente da AMCB refere a importância dos novos projetos para a região e sublinha que “visam promover e apoiar o empreendedorismo entre os jovens e as empresas raianas, o seu encontro e intercâmbio com agentes económicos e empreendedores, o acesso ao financiamento e a sistemas públicos de assessoria e informação”. Disse que no âmbito das candidaturas serão também realizadas ações de integração socio-laboral de pessoas com deficiência e desfavorecidas, serão criados projetos-pilotos de intervenção no âmbito de novas formas de emprego, nomeadamente no âmbito do turismo, das atividades agro-florestais e no apoio a pessoas dependentes.-----

-----Referiu que a AMCB sempre mostrou grande preocupação com questões ambientais, preocupações estas que se estendem aos parceiros espanhóis e estiveram na origem da elaboração do projeto BIO Fronteira,

que visa estabelecer medidas de vigilância, prevenção e luta contra os incêndios e ampliação dos meios de abastecimento de veículos e equipamentos das equipas de proteção civil. É também objetivo daquele projeto, a constituição da região Raia Natural como um símbolo da biodiversidade, conservação de habitats e de espécies mediterrâneas.-----

-----Fez referência a uma notícia publicada no jornal “Terras da Beira”, cujo tema é “ADRUSE, Raia Histórica e Proraia têm 11,7 milhões de euros para apoiar projetos de desenvolvimento local”. A ADRUSE – Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela tem 3.715.728,48 e à PRÓ-RAIA – Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte cabem 3.751.299,78 euros. Disse que as verbas atribuídas a estes GAL, considerados rurais, destinam-se a apoiar por via dos fundos disponibilizados pelo PDR 2020, pequenos investimentos nas explorações agrícolas e na transformação e comercialização das suas produções, na diversificação de atividades na exploração, na criação de cadeias curtas e mercados locais, na promoção de produtos de qualidade locais e na renovação de aldeias em territórios rurais. Com os fundos disponibilizados pelo Centro 2020 pretende-se o apoio à criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho e o investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, que sejam geradores de novos empregos, além da conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural.-----

-----Deu ainda conhecimento da tomada de posse dos novos órgãos sociais do Conselho Intermunicipal da Comunidade Beiras e Serra da Estrela CIM-BSE, bem como de uma reunião com o IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, relativamente ao realojamento da comunidade de etnia cigana. Referiu a reunião com a Senhora Presidente da CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do

Centro, Professora Dr.^a Ana Abrunhosa, relativamente a obras em Overbooking. -----

-----Referiu-se à sessão comemorativa dos 20 anos das Aldeias Históricas de Portugal, por ocasião da visita de Sua Excelência o Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, com o qual se congratula. Deu conhecimento da realização da Travessia de BTT da região da Serra da Estrela, nos dias 23, 24 e 25 de abril, com ligação das Unidades Hoteleiras da Fundação Inatel – Manteigas – Linhares da Beira – Vila Ruiva. -----

-----Deu ainda conhecimento dos avisos abertos para apresentação de candidaturas ao Portugal 2020: Investimento no ensino, na formação profissional e nas competências e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas de formação e ensino: Requalificação das Escolas: EB1 de Santa Luzia, EB1/JI de Lageosa do Mondego e EB/S Sacadura Cabral; investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através de melhor acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária: candidatura cujo promotor é a CIM-BSE e Investimento na conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do Património Cultural, candidaturas com mapeamento, onde Celorico da Beira não foi incluído. -----

-----Relativamente à situação financeira do Município, disse que a mesma é delicada, com um montante elevado de dívida, tendo em conta a dimensão do Município. Tem-se conseguido liquidar as dívidas recentes a 90 dias, sendo que os fornecedores do concelho estão a receber até 30 dias. Acrescentou, que o Município está dependente do FAM para resolver o problema da dívida. -----

-----À presente data, a dívida total a terceiros, de acordo com a LFL atual, é de cerca 18.795.782€, tendo-se reduzido a mesma em cerca de

123.000€, face a 2015 de acordo com dados provisórios (13,6%). No entanto, tiveram que ser registados em 2015 cerca de 790.000€ de juros resultantes da negociação da dívida com a CGD no âmbito do FAM. Caso contrário, a redução seria maior (cerca de 19%). A Lei dos Compromissos obriga ao pagamento das dívidas em 90 dias, o que ajuda na redução das mesmas, e o controlo dos fundos disponíveis impede a assunção de despesas sem receita prevista. Relativamente à redução dos pagamentos em atraso, os mesmos estão a diminuir, sendo que, de acordo com os dados provisórios foi cumprida a redução obrigatória de 10% dos pagamentos em atraso face ao valor registado em setembro de 2014.-----

-----Disse ainda, que o Programa de Ajustamento Municipal foi aprovado a 1/9/2015, à presente data estão em negociações com a banca no sentido de serem reestruturados os financiamentos em atraso. Estão também a reestruturar algumas dívidas a fornecedores. Informou, que o valor solicitado era de 12.705.108,50€, tendo sido aprovado o montante de 11.364.860,00€, acrescentando que o valor necessário é de 11.278.649,90€. Deu também conhecimento das dívidas incluídas no FAM, nomeadamente às AdZC; MRG – Variante; MRG – Habitação Social; EMCEL; Factorings BCP; EDP Dist.; Escola Profissional; AMCB; ARL Construções; Transdev; Júlio da Silva Santos; Amadeu de Jesus e Associação de Desenvolvimento Celorico, num total de 9.289.586,43€. -----

-----De seguida, deu conhecimento de que a autarquia, presentemente, tem duas ações a correr termos em Tribunal. Uma delas está relacionada com a execução da obra do Lugar dos Mortórios, em Linhares da Beira, relativamente a uma ampliação de rede elétrica. O acordo de transação já foi elaborado e será presente à reunião de Câmara para aprovação. -----

-----Uma outra situação, e que levou ao bloqueio dos saldos bancários, inviabilizando a autarquia de cumprir com os acordos de pagamento assumidos, o que poderá acarretar responsabilidades enquanto autarca, bem como a nível pessoal, foi uma penhora da Escola Profissional Beira Serra. Deu conhecimento de que o valor do processo é de 240.000,00€,

tendo sido pago já 90.000,00€, estando em dívida 150.000,00€. Mencionou ainda, o valor dos honorários e despesas da penhora (7.987,46€), bem como juros acordados (22.000,00€), perfazendo um total em dívida de 179.987,46€. Explicou, que, apesar de a autarquia possuir disponibilidade financeira, não pode movimentar nenhuma das suas contas.-----

-----Deixou algumas questões, nomeadamente, qual a atividade desta Escola? Qual o corpo docente? Onde está situada a sua sede? Qual o número de alunos? Quem é o rosto desta Escola? Onde é feito o investimento? -----

-----Referiu-se ao representante desta instituição, dizendo que sempre o considerou uma pessoa amiga, e que nunca esperou ser tratado desta forma. -----

-----A Senhora **Deputada Vera Portugal** referindo-se à intervenção do Senhor Presidente da Câmara relativamente à requalificação das escolas, EB1 de Santa Luzia e EB 2,3 Sacadura Cabral, através de candidaturas, fez menção a uma questão jurídica. Entende, que a Câmara Municipal possui autonomia financeira para realizar obras nas escolas, contudo e uma vez que a Escola EB 2,3 Sacadura Cabral, não é propriedade da autarquia, questiona como poderá ser lançada a candidatura.-----

-----Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que trata-se de uma candidatura que está enquadrada no mapeamento da DGEstE, tendo em conta que se trata de uma escola pertencente ao Ministério da Educação, em que a Câmara Municipal apenas será o promotor da candidatura/dono da obra. Nesta candidatura, 85% do investimento será financiado a fundo perdido, sendo que, e relativamente aos restantes 15%, aguarda-se reunião com a DGEstE para definir o pagamento deste valor. ---

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador Manuel Portugal. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** começou por dizer ficar triste, por o Parque Escolar se ter retirado do processo de requalificação da escola, até porque, já haviam sido dados passos nesse sentido. Acrescentou, que o Ministério da Educação, em 2007, criou uma empresa pública para requalificar a rede pública do secundário (Parque Escolar), deixando de ser da competência da DREC e em consequência desta decisão retiraram as verbas inscritas em PIDDAC (2005 – 2007), para a construção de escolas, onde constava a Escola EB 2,3 de Celorico da Beira. Neste momento, a única alternativa para a requalificação desta escola é através do Plano Operacional do Capital Humano (POCH), tendo inclusive sido proposto pela Dr.ª Cristina Oliveira, a sua inclusão no Pacto da CIM-BSE. -----

-----Relativamente às verbas para a requalificação das escolas, referiu que se tratava de um montante global atribuído à CIM-BSE, sendo este distribuído pelos vários municípios. Esta repartição de valores foi objeto de várias discussões, tendo sido decidido, pelos Presidentes de Câmara, que o mesmo fosse distribuído pelos vários municípios consoante o número de habitantes. -----

-----No que concerne às escolas do 1.º ciclo, disse que as condições de trabalho, bem como as pedagógicas, começam a atingir um elevado estado de degradação. Urge, efetivamente, a intervenção do Município, uma vez que esta matéria é da sua responsabilidade, desde 2001. -----

-----Disse que o seu papel neste órgão tem sido no sentido construtivo, lançando inclusive, alguns desafios, que espera que tenham sido dados a conhecer a quem de direito. Considera, que a ANMP tem tido um papel pouco ativo na questão das AdZC, que continuam ser o “carrasco” dos municípios. -----

-----Relativamente à penhora, e da explicação do Senhor Presidente da Câmara, verifica que efetivamente existia um plano de pagamentos, que não era cumprido desde 2013, contudo era uma dívida contemplada no

FAM. Apelou, para que esta situação se resolva através de um novo acordo, uma vez que põe em causa os próprios funcionários. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento de que já foram efetuados contactos relativamente à disponibilidade da constituinte aceitar um acordo de pagamento faseado da dívida exequenda e juros, vencidos e vincendos. O Município terá ainda de suportar também os encargos com as despesas e honorários, bem como, reembolsar a constituinte da taxa de justiça e dos encargos adiantados à agente de execução. O pagamento será em 10 prestações mensais, sucessivas, sendo de 19.000,00€, cada uma das 9 primeiras, relegando-se para a 10ª o acerto final, que, de acordo com a conta efetuada rondará os 1.200,00€, valor que acrescerá à última prestação.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador José Luís Cabral. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que o processo da Escola Profissional suscitou algumas dúvidas, ou seja, a autarquia estava a efetuar um pagamento mensal da dívida. Posteriormente foram alertados pelo advogado afeto a este processo, de que deveria existir um documento comprovativo (recibo), desse mesmo pagamento. O Gabinete Jurídico agiu nesse sentido, e o município deixou de cumprir com o acordado, uma vez que nada foi enviado, caso contrário, teriam dado continuidade ao acordado. -----

-----Acrescentou, que o Município nunca se recusou a efetuar este pagamento, até porque, foi uma imposição do Tribunal. Contudo, surgem algumas dúvidas, nomeadamente: Para quem vai o dinheiro? Onde vai ser aplicado? No concelho? Na área da educação? Deu conhecimento de que o Município tentou, sem sucesso, dialogar, contudo, a posição da outra

parte foi acionar o plano de penhora de todas as contas bancárias do Município. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador Manuel Portugal. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** fez um alerta relativamente aos consumos de água. Ou seja, fez uma estimativa dos consumos de uma torneira a correr dia e noite, em que se multiplicarem os consumos de um dia, durante 30 dias, verifica-se um gasto de cerca de 4.000€/mês. O que durante um ano, implica o gasto de cerca de 50.000€/ano. Se este valor for multiplicado pelo número de torneiras a correr no concelho, esta Câmara Municipal já pagou cerca de um milhão de euros em água. Disse ainda, que os autarcas deste concelho devem ter esta situação em atenção, definindo estratégias para colmatar as mesmas.-----

-----No uso da palavra, a Senhora **Deputada Silvina Santos** disse que este ano, está a desenvolver a sua atividade profissional no concelho de Celorico da Beira, sugerindo uma visita às escolas do 1.º ciclo, uma vez que algumas delas apresentam condições degradantes. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador José Luís Cabral. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** compreende a intervenção da Senhora Deputada Silvina Santos. É Vereador da Educação desde 2005 e foi sempre uma preocupação deste executivo, a construção dos Centros Escolares. Na altura, o Secretário Estado da Educação assumiu a responsabilidade da requalificação da Escola EB 2,3/S Sacadura Cabral, e a construção dos Centros Escolares, um em Celorico da Beira e outro na Lageosa do Mondego, ficando assim, toda a rede da educação no

concelho remodelada e com novos equipamentos, apetrechados com as mais avançadas tecnologias, as quais seriam colocadas ao serviço da educação no Concelho. Foram, inclusive, colocados os contentores, que depois foram removidos. -----

-----No que concerne ao estado de degradação das escolas do 1.º ciclo, disse que efetivamente, é da responsabilidade da autarquia a sua manutenção, sendo que, e se o Ministério da Educação procedesse à transferência de verbas para o Município, haveria mais investimento nesta área. - -----

-----Relativamente à penhora, o Senhor **Deputado Joaquim Abreu** reconhece que é uma questão preocupante, disponibilizando-se para ajudar no que for necessário. Conhece o Senhor Presidente da Câmara há bastante tempo e apercebeu-se que de facto, é uma questão séria, que deve ser tratada com cuidado. -----

-----**4. PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DE ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO HISTÓRICO DE CELORICO DA BEIRA (ARU CHCB)** -----

-----Foi presente informação, aprovada em reunião de executivo do dia 17/2/2016, relativamente ao assunto identificado em epígrafe, documento cuja cópia se anexa a esta ata (2), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----No uso da palavra, o Senhor **Presidente da Câmara** começou por dizer que a vila e o centro histórico de Celorico da Beira debatem-se com a necessidade contínua de dinamizar o espaço urbano e de lazer que, acompanhado do abandono e progressivo envelhecimento populacional, se tem traduzido numa perda da dinâmica populacional, económica e social.---

-----No centro histórico da vila verifica-se um conjunto de circunstâncias que justificam que o Município possa, e deva, dar início a um processo de

reabilitação urbana, potenciando a modernização de infraestruturas urbanas obsoletas e a requalificação dos espaços verdes e equipamentos de utilização coletiva, e de melhorar a mobilidade urbana, através da realização de intervenções no espaço público. -----

-----A Câmara Municipal de Celorico da Beira pretende criar a ARU CHCB, de modo a munir-se de valências e mecanismos para proceder à sua revitalização, bem como melhorar significativamente o nível de infraestruturização e a qualidade urbanística, com vista à promoção da reabilitação e regeneração dessa área urbana, numa perspetiva de reabilitação urbanística e ambiental, do edificado e das infraestruturas e equipamentos, aproveitando, desta forma, o acesso a fontes e modelos de financiamento próprios, designadamente no que se refere aos fundos comunitários. -----

-----Referiu que a ARU que se pretende delimitar, constitui uma prioridade na intervenção da Câmara Municipal de Celorico da Beira, tendo como objetivos gerais: -----

-----Conservar e revalorizar o edificado e espaços públicos relevantes, quer para a preservação da identidade do Centro Histórico, quer para o reforço do seu sentido urbano; Promover uma melhor integração do Centro Histórico no desenvolvimento da vila e assegurar a sua articulação com os espaços confinantes com construção mais recente; Recuperar o parque habitacional existente no Centro Histórico e melhorar os seus diversos equipamentos de apoio; Revitalizar os vários espaços públicos existentes no Centro Histórico; Desenvolver uma operação consertada na renovação das infraestruturas, que se encontram obsoletas e em mau estado de conservação; Renovar, em termos populacionais, o núcleo histórico, envelhecido e com sinais de despovoamento e abandono, garantindo o rejuvenescimento do núcleo; Aumentar significativamente a oferta turística (alojamento) no Centro Histórico, integrando a mesma numa Rede ao nível do território da CIM BSE e Qualificar os equipamentos existentes. -----

-----Disse que os principais fundamentos e critérios que resultaram da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Celorico da Beira, prenderam-se com a articulação da mesma e com a estratégia transversal expressa em sede do Plano de Pormenor desenvolvido no ano 2000. -----

-----No que respeita a investimento público, prevêem-se intervenções de reabilitação em edificado e espaço público, nomeadamente, adaptação do “Antigo Mercado Leilão de Gado” a Observatório e Pólo de Investigação do Queijo Serra da Estrela; Requalificação do Edifício de Apoio ao Parque de Estacionamento e Centro Histórico; Requalificação da Praça de Santa Maria; Requalificação do Largo Tenente Coronel Alberto Magalhães Osório; Requalificação do Largo do Tabulado; Requalificação da Praça da República; Requalificação do Largo da Corredoura e realocização do Monumento de Nossa Senhora de Fátima; Requalificação do Parque de Estacionamento da Câmara Municipal e Requalificação dos arruamentos e infraestruturas do Centro Histórico. -----

-----No que concerne ao investimento privado, com a delimitação da ARU de Celorico da Beira, cria-se a oportunidade de possibilitar aos particulares proprietários de imóveis abrangidos, condições favoráveis à reabilitação dos edifícios que se encontrem degradados, ou funcionalmente inadequados, de modo a que estes possam ser objeto de intervenções de requalificação adequadas às suas características morfológicas, garantindo-se a proteção e valorização do património edificado, permitindo o acesso a um conjunto de benefícios fiscais com alguma relevância económica. -----

-----Os particulares proprietários de imóveis com idade igual ou superior a 30 anos, poderão aceder ao financiamento para reabilitação de edifícios através do programa “Reabilitar para Arrendar – Habitação Acessível” disponibilizado pelo IHRU/BEI. A este respeito, salientou que iria ser feita uma alteração ao documento anteriormente enviado, devendo ser retirada a informação: “...que prevê, em termos latos, um empréstimo que não exceda 50% do investimento total amortizado a 30 anos, com 2 anos de carência,

com 3% de juros, assim como em sede de Instrumento Financeiro para a Reabilitação Urbana”, do ponto 14, Capítulo 2 – Sumário Executivo, uma vez que esta informação se referia ao investimento público.-----

-----Deu também conhecimento dos objetivos estratégicos da ARU de Celorico da Beira, que se encontram previstos no capítulo 5, do documento “Estratégia Programática Geral”, chamando atenção para alguns deles, tais como: a promoção de estruturas e serviços de apoio à terceira idade, área social, entre outros. Fez referência aos benefícios e incentivos concedidos pelo município, no âmbito da ARU, para os particulares, que se encontram em condições de reabilitar os seus imóveis.-----

-----O Senhor **Deputado Manuel Torres** começou por fazer uma declaração de interesse, pois possui um imóvel que reúne as condições descritas e que ficaria abrangido. Analisou o documento enviado, e apesar de não ter conhecimentos nesta área, parece-lhe na sua globalidade correto, pelo que, irá votar favoravelmente. Pretendeu ainda ser esclarecido relativamente a duas questões, ou seja, se os edifícios intervencionados irão sofrer agravamento ao nível do IMI, assim como, se os edifícios que não sejam intervencionados e que estão habitados. Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que não desde que se encontrem em bom estado de conservação.-----

-----Relativamente à qualificação do Espaço Público e Ambiente Urbano, mais concretamente, no que diz respeito ao reforço e modernização das infraestruturas públicas, a Senhora **Deputada Vera Portugal** disse que uma das iniciativas previstas seria a implementação de uma rede de gás. Face ao avultado investimento que uma operação dessa natureza requer, questionou a sua viabilidade financeira e ainda a necessidade de consulta ao FAM. -----

-----Referindo-se ao regime de isenção das taxas municipais sobre os procedimentos de controlo prévio enquadrados na ARU, questionou o

executivo sobre a aplicabilidade exclusiva deste às operações urbanísticas sujeitas a licença administrativa. Uma vez que o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação prevê para além da Licença Administrativa outros mecanismos de controlo prévio, nomeadamente o Pedido de Informação Prévia e a Comunicação Prévia, sugere a revisão da redação do documento para que contemple todos os procedimentos descritos. -----

-----Apresentou ainda propostas de revisão da delimitação da ARU do CHCB. -----

-----Acerca da rede de gás, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que de acordo com a legislação, quando se preveem infraestruturas subterrâneas, é necessário contemplar este tipo de situações, o que não implica que as mesmas sejam concretizadas. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador Manuel Portugal. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** congratulou-se com a proposta de delimitação de Área de Reabilitação Urbana para o Centro Histórico de Celorico da Beira (ARU CHCB). Referiu que esta proposta irá permitir que os proprietários possam renovar, reabilitar e requalificar os imóveis abrangidos. Deu ainda conhecimento de que, em reunião de Câmara, apresentou algumas alterações à proposta de delimitação, nomeadamente, a requalificação do Largo da Corredoura com a realocação do Monumento de Nossa Senhora de Fátima e ainda a requalificação do Parque de Estacionamento da Câmara Municipal. -----

-----**A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Celorico da Beira (ARU CHCB).** -----

-----**5. REGULAMENTO DEFINITIVO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA**-----

-----Foi presente proposta do Senhor Presidente da Câmara, dando conhecimento de que o Conselho Municipal de Segurança, na sua reunião ordinária, realizada no dia 10/12/2015, deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável ao Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança, aprovado pela Assembleia Municipal de Celorico da Beira, na sessão ordinária, realizada no dia 30 de setembro de 2015.-----

-----Para os efeitos previstos no n.º 3, do art.º 6.º, da Lei n.º 33/98, de 18 de julho, na sua atual redação, propõe-se que a Assembleia Municipal aprecie e aprove o regulamento definitivo do Conselho Municipal de Segurança, documento cuja cópia se anexa a esta ata (3), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião.-----

-----**A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento Definitivo do Conselho Municipal de Segurança.**-----

-----**6. CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA – NOMEAÇÃO DE CIDADÃO DE RECONHECIDA IDONEIDADE**-----

-----Foi presente informação, referindo que nos termos da alínea n), do art.º 5.º, do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Celorico da Beira, integram este Conselho “*Cinco Cidadãos de Reconhecida Idoneidade a nomear pela Assembleia Municipal*”, nomeação que ocorreu na sessão da Assembleia Municipal de 20/12/2013.-----

-----Integrava este conjunto de cinco cidadãos, o munícipe Alfredo Lopes da Rocha Gomes, que, infelizmente faleceu no passado mês de janeiro, havendo necessidade de proceder à nomeação de um novo elemento.-----

-----O Senhor **Deputado José Albano** em nome da bancada do PS propôs o seguinte elemento:-----

-----Frederico Manuel Martins Sena.-----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** é de opinião que o elemento a indicar seja apresentado apenas pela bancada do PS, uma vez que o anterior elemento havia sido eleito através de lista mais votada, sob proposta da bancada do PS.-----

-----**Face ao exposto, a Assembleia Municipal, concordou com a proposta apresentada, integrando o Conselho Municipal de Segurança, enquanto Cidadão de Reconhecida Idoneidade, o Senhor Frederico Manuel Martins Sena.**-----

-----**7. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA CPCJ/2015**-----

-----Foi presente pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia uma informação da CPCJ de Celorico da Beira, para a Assembleia Municipal tomar conhecimento do Relatório de Atividades, referente ao ano de 2015, documento cuja cópia se anexa a esta ata (4), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, ficando também à disposição dos Senhores Deputados para consulta, no Gabinete de Ação Social da Autarquia.-----

-----**8. EMCEL – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À INTERNALIZAÇÃO**-----

-----Foi presente informação do Conselho de Administração da EMCEL, dando conhecimento de que no seguimento do processo relativo à internalização, e que devido ao facto de ainda não se terem estabelecido acordos com todos os fornecedores da EMCEL, bem como, ainda não ter sido possível concluir todos os procedimentos de encerramento das contas de 2015, não é possível à presente data, remeter para aprovação da Assembleia Municipal, a documentação relativas às contas de dissolução, contas anuais e projeto de partilha da EMCEL.-----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 1, do art.º 21.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de tempo para “Intervenção do Público”, não tendo havido inscrições. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

-----Os textos das deliberações constantes desta ata foram aprovados em minuta para efeitos de eficácia imediata. -----

-----Finalizada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a sessão foi dada por encerrada pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, eram 13:25h, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.-----

